



CÂMARA MUNICIPAL DE

**LEME/SP**

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.

**INDICAÇÃO Nº 139 / 2025**

**Indica o anteprojeto que dispõe sobre a isenção do IPTU para aposentados acima de 60 anos no Município de Leme e dá outras providências.**

O Vereador que esta subscreve, nos termos do Art. 226 e seguintes do Regimento Interno, apresenta para conhecimento da Casa a Indicação a ser encaminhada ao Senhor Prefeito, sugerindo o que segue:

**Considerando** que muitos aposentados enfrentam dificuldades financeiras devido à limitação de sua renda, sendo o pagamento do IPTU um encargo que pode comprometer o orçamento familiar;

**Considerando que** a medida busca atender aposentados com renda de até um salário e meio, assegurando que o benefício seja concedido àqueles que realmente necessitam;

**Considerando** que a isenção do IPTU para essa faixa de renda promove a justiça fiscal, aliviando o orçamento dos munícipes mais vulneráveis e contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida.

Portanto, **INDICO** ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, que determine ao Setor Competente da municipalidade que seja realizada uma avaliação técnica da condição atual do referido atendendo assim o pleito acima indicado e os anseios de munícipes que nos procuraram recentemente.

Sala das Sessões “Professor Arlindo Fávares”, em 11 de fevereiro de 2025.

*João Cerbi*  
**Vereador**



CÂMARA MUNICIPAL DE

**LEME/SP**

**ANTEPROJETO**

**Ementa do Anteprojeto de Isenção do IPTU para aposentados com 60 anos ou mais que possuem apenas um imóvel residencial, renda de até 1,5 salário mínimo e estejam em dia com suas obrigações municipais, visando promover justiça fiscal e aliviar o orçamento dos munícipes mais vulneráveis.**

**Art. 1º** - Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os aposentados residentes no Município de Leme.

**Art. 2º** - Para usufruir da isenção prevista nesta Lei, o beneficiário deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser aposentado e possuir idade igual ou superior a 60 anos;

II - Ser proprietário de um único imóvel no município, destinado exclusivamente à sua residência;

III - Comprovar renda mensal de até um salário e meio;

IV - Estar em dia com as obrigações tributárias municipais.

**Art. 3º** - Para a execução desta Lei, o Município poderá firmar parcerias com entidades sociais e instituições financeiras, a fim de viabilizar a divulgação e o cadastramento dos beneficiários.

**Parágrafo Único:** Caso as parcerias mencionadas no caput não sejam formalizadas, a Prefeitura Municipal de Leme será responsável pela implantação do programa dentro de suas capacidades administrativas.

**Art. 4º** - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 90 dias, a partir da data de sua publicação.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “Professor Arlindo Fávoro”, em 11 de fevereiro de 2025.

*João Cerbi*  
**Vereador**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 337/2016**

RUA DR. QUERUBINO SOEIRO, 231 – CENTRO – LEME/SP – CEP 13610-080 – PABX: 3097-0100

EMAIL: [secretaria@camaraleme.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaraleme.sp.gov.br) - SITE: [camaraleme.sp.gov.br](http://camaraleme.sp.gov.br)